



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

RCF - Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 01 / 06 / 2001
Rubrica

Processo : 10840.000877/91-37

Acórdão : 202-12.807

Sessão : 20 de março de 2001

Recurso : 101.975

Recorrente : CASE COM. E AGRÍCOLA SERTÃOZINHO LTDA.

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

PIS/FATURAMENTO - Com a suspensão das disposições contidas nos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449, ambos de 1.988, pela Resolução nº 49, de 09.10.95, do Presidente do Senado Federal (DOU de 10.10.95), com efeitos *erga omnes e ex-tunc*, insubsiste o lançamento da Contribuição para o Fundo de Integração Social, calculada com base naqueles diplomas legais. **Processo anulado "ab initio".**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: CASE COM. E AGRÍCOLA SERTÃOZINHO LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em anular o processo *ab initio*.

Sala das Sessões, em 20 de março de 2001

Marcos Vinícius Neder de Lima
Presidente

Antônio Carlos Bueno Ribeiro
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Luiz Roberto Domingo, Adolfo Montelo, Alexandre Magno Rodrigues Alves, Eduardo da Rocha Schmidt, Ana Neyde Olímpio Holanda e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.

Imp/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10840.000877/91-37

Acórdão : 202-12.807

Recurso : 101.975

Recorrente : CASE COM. E AGRÍCOLA SERTÃOZINHO LTDA.

RELATÓRIO E VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO

Em atenção à Diligência nº 202-01.989, decidida na Sessão de 29.07.98 deste Colegiado, cujo relatório e voto leio para lembrança dos Srs. Conselheiros, foram trazidos aos autos os Documentos de fls. 218/233, cabendo destacar as seguintes informações:

- os autos da Medida Cautelar nº 90.031.1819-1 (Processo de origem nº 01/8022/VI/88) e da Ação Cautelar nº 90.031.1820-5 (Processo de origem nº 01/8022/VI/88), relativos ao PIS, não haviam transitado em julgado até a data da Informação de fls. 219 (07.06.99);
- os demais Processos nº 89.0004982-8 (Ação Ordinária) e 89.0005258-6 (Medida cautelar) transitaram em julgado em 12.09.91, conforme faz prova a Certidão de fls. 228/229; e
- às fls. 232, manifestação da Caixa Econômica Federal a respeito das contas de depósitos judiciais relacionadas com este processo.

Conforme relatado, trata o presente processo de lançamento de ofício da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, relativo aos períodos de apuração de 07/88 a 09/88 e 05/89 a 11/90, cujos débitos não foram recolhidos pela ora Recorrente devido ter-se insurgido contra a sua exigência, com base nos Decretos-Leis nº 2.445/88 e 2.449/88, mediante as ações judiciais acima apontadas.

Da diligência realizada, restou provado que, à época do lançamento atacado (15.05.91), nenhuma das referidas ações judiciais haviam transitado em julgado, nada impedindo, portanto, a sua lavratura com o nítido propósito de prevenir a decadência, em face dos fatos geradores da contribuição em tela compreendidos por aquelas ações judiciais.

Também, não há que se falar, *in casu*, de desobediência de ordem judicial por parte da autoridade singular, em virtude de ela ter declarado a definitividade da presente exigência na esfera administrativa, nos termos do ADN nº 03/96, que nada mais é do que a síntese da



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10840.000877/91-37

Acórdão : 202-12.807

interpretação sistemática do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 6.830/80, c/c o art. 1º § 2º do Decreto-Lei nº 1.737/79, pela Administração Tributária.

Todavia, em face da declaração de inconstitucionalidade dos indigitados decretos-leis pelo Supremo Tribunal Federal (Recurso Extraordinário nº 148.754-2/RJ) e da suspensão da execução das disposições neles contidas pelo Senado Federal, através da Resolução nº 49, de 09.10.95 (DOU de 10.10.95), com efeito *erga omnes*, e considerando que o Decreto nº 2.346/1997 impôs, com força vinculante para a Administração Pública Federal, o efeito *ex tunc* ao ato do Senado Federal que suspenda a execução de lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo STF, resta, pois, incontroverso, seja na esfera judicial quanto na administrativa, que o lançamento em foco está baseado em legislação retirada do mundo jurídico, impondo-se, de imediato, a declaração de sua insubsistência.

Assim sendo, voto pela nulidade do presente processo *ab initio*

Sala das Sessões, em 20 de março de 2001

A signature in black ink, appearing to read 'ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO', is written over a diagonal line of fine, parallel strokes.